

Literary Literacy: From The Right To Learn To Critical Education

Denise Dias

Doutora em Literatura e Práticas Sociais.

E-mail: denise.dias@ifgoiano.edu.br

Instituto Federal Goiano

Fernanda Dias de Andrade Lima

Mestranda em Educação Profissional Tecnológica.

Email: fernanda.andrade1@estudante.ifgoiano.edu.br

Instituto Federal Goiano

Larissa Adriana da Silveira Castilho Silva

Mestranda em Educação Profissional Tecnológica.

E-mail: larissa.castilho@ifgoiano.edu.br

Instituto Federal Goiano

Márcia Campos de Jesus

Mestranda em Educação Profissional Tecnológica.

E-mail: marcia.campos@ifgoiano.edu.br

Instituto Federal Goiano

Jenerton Arlan Schütz

Doutor em Educação.

E-mail: jenerton.schutz@ifgoiano.edu.br

Instituto Federal Goiano.

ABSTRACT:

The article discusses the importance of literature, reading and literary literacy for the critical formation of the student, as we conceive such elements as a social practice. It is an 'equilateral triangle' whose theoretical conceptualization of the lexicons under analysis is understood in equal measures due to the inseparability of these terms. The starting point was the problem and the objective of how the acquisition of literary literacy skills contributes to the critical formation of the student. We opted for a bibliographic and documentary study. The theoretical discussion proposed throughout the study shows us that the practice of reading literary texts is fundamental to the omnilaterality of the subject, which is why the complexity of the theme does not end with this study.

Keywords: *Literature; reading and reader; literary literacy and critical training*

Date of Submission: 05-01-2024

Date of Acceptance: 15-01-2024

I. INTRODUÇÃO

Parte-se do princípio que a aquisição da leitura enquanto prática social é fundamental para a emancipação do sujeito. Logo, o domínio dessa competência é base sólida para “o triângulo equilátero” que pretendemos analisar no decurso deste artigo: o letramento literário, a aprendizagem e a formação crítica. Disto isto, a educação básica brasileira é direito público objetivo e subjetivo (BRASIL, 1988), que de maneira alguma pode ser violada e tampouco negligenciada pelos sistemas de ensinos, pelo poder público e pela sociedade civil.

Ao evidenciar a reflexão destes recursos, subjetividade e objetividade como direito, sendo concretizados quando pela perspectiva do ensino da literatura que abranja o sistema educacional enquanto política pública, e não somente, como orientações prévias advindas de documentos normativos. Mazela essa, estimulada pela Base nacional comum curricular (BNCC) nos últimos oito anos, uma vez que “[...] o ensino de

literatura ocupa lugar periférico nos documentos normativos educacionais” [...] (Jardim; Sampaio; Galhardo, 2019, p. 310). Ao trabalhar com aqueles três conhecimentos distintos, mas que pertencem à transformação da pessoa humana, o triângulo, aqui, é vislumbrado enquanto igualdade de semântica e de funcionalidade lexicográfica.

A metáfora com o triângulo equilátero é justificada, vez que essa figura geométrica possui três lados e três ângulos internos congruentes iguais, ou seja, a mesma medida. Destarte, a égide deste constructo teórico parte de três elementos necessários para a omnilateralidade do indivíduo. Defendemos que a medida atribuída ao letramento literário, à formação crítica e a aprendizagem seja igual, pois enquanto valor conceitual é esses os subsídios que fomentam o devir do indivíduo, melhor dizendo, a tomada da autoconsciência; ela, como consciência, surge a partir do momento em que o sujeito é um leitor que se posiciona criticamente perante o que está sendo lido.

Zabala (2010) assegura que quando o sujeito é competente escolarmente, este consegue responder os problemas que eclodem ao longo de sua vida. Assim, a problemática que alicerça esta discussão é: Como a aquisição da competência de letramento literário contribui para a formação crítica do sujeito educando? Porque se almejamos pensar em práticas educativas desenvolvidas na escola, que tornem o estudante da contemporaneidade cidadão resiliente, empático, ético, moral e crítico capaz de experienciar e vivenciar o multiculturalismo e a diversidade que permeia a sociedade; nosso posicionamento levar-nos a corroborar que é impossível conceber a educação formal sem o ensino de literatura.

O ensino de literatura tem no seu cerne o texto literário, sendo este fonte riquíssima de saberes históricos, sociológicos, geográficos dentre outros. Dessa forma, é necessário que a presença da literatura na sala de aula seja reinventada (Boberg; Stopa, 2014, p. 286), porquanto a partir dessa premissa objetivamos discutir como a aquisição da competência de letramento literário corrobora para a formação crítica do sujeito educando. Além disso, refletir sobre os conceitos de formação crítica e de aprendizagem.

Não cabe na limítrofe deste texto resolver as problemáticas na qual a educação brasileira e o ensino de literatura estão permeados. Contudo, a pretensão é auxiliar na reflexão teórica sobre tais conhecimentos, que imbricados a materialidade orgânica social é, também, inerente a qualquer relação social, vez que [...] “O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto, como um homem total [...]” (Marx, 2010, p. 108), em outras palavras, o ser universal, particular e singular que se reconhece como agente modificador da realidade natural, de si mesmo, tal como de outrem.

II. PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo é construído da observação documental e bibliográfica e foi produzido em quatro partes para guiar a racionalidade do leitor, pois, certifica-se que como princípio metodológico a totalidade nos diz que nada pode ser compreendido isoladamente (Mascarenhas *et al.*, 2018). Além da introdução e das considerações finais. A primeira seção traça o percurso metodológico desta produção; A segunda seção discorre sobre a concepção de leitor e do letramento literário na perspectiva de Cosson (2022); Soares (2010); Fonseca e Pinto (2022); Boberg e Stopa (2014) e outros. A seção seguinte versa sobre a leitura como direito à aprendizagem escolar. Para a última seção, reservamos a discussão sobre a formação crítica dos sujeitos educandos por entendermos que a junção forma o “triângulo equilátero” que confecciona um círculo virtuoso chamado Competência de Leitura.

A literatura é movimento dialógico, recursivo, é atemporal, portanto, concebê-la como elo entre leitura, leitor e letramento literário é concatená-la como “plena de saberes sobre o homem e o mundo” (Cosson, 2022, p. 13). Dessarte, é a partir dessa ótica a discussão inicia-se a seguir.

III. Literatura, Leitura E Leitor: Nas Entrelinhas Do Letramento Literário

A etimologia da palavra literatura remete-nos à arte de produzir textos em prosa ou em verso, assim como o conjunto das obras literárias de um país, um gênero, uma época etc. que pela qualidade de seu estilo e pela expressão de ideias de interesse universal têm reconhecido seu alto valor estético. Desta forma, o conceito de literatura é amplo e dialoga com vários campos epistemológicos: histórico, sociológico, geográfico, linguístico, filosófico etc. Nisto a expressão totalizante texto literário, por assim dizer à literatura, pode ser vista enquanto signo.

O Signo texto literário é produzido a partir da semântica e a aquisição de sentido como expressão textual por demandar significante e significado, depende fortemente da compreensão do indivíduo, que no ato de ler aciona elementos da metacognição por meio das estratégias de leitura (Cosson, 2022). Simultaneamente, a literatura é ligada ao seu contexto de produção, aos acontecimentos, ao sujeito leitor e também produtor de literatura, tal igual às vicissitudes da própria sociedade. Consequentemente, desvinculá-la do rol das categorias leitor e letramento configura como tentativa de apagá-la do campo semiótico, pois “a leitura literária forma a mente” (Garcia; Kerner; Nascimento, 2022, p. 5). E ao formar a abstração do sujeito ela, a literatura, parte do

campo material e histórico de sua produção enquanto linguagem. E a última vai ao encontro do sujeito leitor e da leitura.

A leitura é concebida como artefato oriundo do código linguístico e “[...] saber utilizar e dominar o código linguístico é também tornar a pessoa capaz de ler o mundo à sua volta [...]” (Jardim; Sampaio; Galhardo, 2019, p. 311). Assim, esta leitura praticada de modo oral, visual, sonoro, digital dentre outras maneiras requer domínio e competência linguística. Essa capacidade é vista como expressão singular, particular e plural de cada falante. Transporta a pessoa leitora para o campo das práticas discursivas. Nesse sentido a leitura é singular, pois o sujeito percebe-na como condição própria para cada ser humano. É particular porque é inerente a cada pessoa, assim sendo somente o ser humano possui esta habilidade. Deste modo é prática plural, uma vez que ela desenvolve-se sempre em comunidades: educativas, religiosas, políticas, entretenimentos etc. Melhor dizendo, é práxis individual mais que dialeticamente é situada na coletividade ao fazer o movimento recursivo. Então, o leitor é fundamental para a circularidade dos diferentes textos literários, pois só assim poderá enquanto homem produz-se como objeto.

Mantovani (2018) afirma que cada leitura é única. Seguindo a premissa defendida pela autora, podemos comparar, também, que cada leitor é único em virtude do contexto singular, particular, e plural que esse estar imerso. Por isso, a interpelação do texto literário quando da prática de leitura realizada pelo sujeito leitor parte de categorias universais. Afirmamos isso, pois o ser humano está sempre inserido em relações sociais e numa perspectiva sociológica são essas contribuições que o transformam em ser humano.

Cada humano traz consigo características do período histórico no qual vive, assim, também é o texto literário cuja qualidade estilística e estética são oriundas do seu tempo de produção. Isto exige do indivíduo leitor determinada capacidade de abstração e análise. Não obstante, o texto literário é rico em sua materialidade e por isso evolui conforme a sociedade evolui. Ou seja, a literatura enquanto representação do texto literário caminha *pari passu* com o homem e as transformações que ‘o corpo social’ realiza na sociedade orgânica e inorgânica.

A partir da globalização das sociedades, compreende-se que a escola operando somente com o conceito de alfabetização mnemônico do sujeito pela palavra não atende mais às demandas da sociedade capitalista, portanto, é preciso desenvolver no educando o letramento. Sendo último categorizado em diversas tipagem como digital, numérico, informacional, científico literário dentre outras.

Nesta reflexão teórica parte-se do princípio que o letramento literário é umas das premissas para tornar o aluno letrado. Defendemos o conceito ampliado de letramento por meio da perspectiva de Magda Soares, cuja teórica define esse léxico como “o estado ou condição de quem responde adequadamente às intensas demandas sociais” (2010, p. 20). E como práxis social é necessária que o discente a tenha desenvolvido no ambiente formal de aprendizagem, a escola.

Uma tentativa de caracterização para leitor fluente no âmbito escolar é o aluno que possui literacia, analisando por outra ótica, essa última terminologia é definida como a capacidade que esse sujeito tenha de ler textos e os produzir diversificadamente, bem como a apropriação cultural e social que este membro da comunidade linguística faça de sua produção subjetiva e de seus pares. Assim sendo, o letramento literário é a possibilidade de inclusão e desenvolvimento da apropriação de saberes criado coletivamente.

O letramento literário acontece quando o estudante leitor é capaz de atribuir ao texto literário significado e significante, em razão de que toda produção literária é produzida por um autor/escritor/literato que ao escrever sua obra incube-lhe emoções, historicidade, estilística, esteticidade, sociabilidade dentre outros elementos que o tornam subjetivo e objetivo ao mesmo tempo. Isso transporta o leitor e autor para o mundo da humanização, certo de que [...] A literatura é uma instituição social, pois ela é produzida por humanos em coletividade dentro de uma determinada cultura (Bernardino Soares, 2023), isto permite uma leitura vertical e horizontal do objeto texto literário.

A literatura oferece, enquanto elemento estrutural à sociedade, diferentes possibilidades de devir ao homem. Uma dessas diz respeito ao desenvolvimento no leitor a capacidade de trazer fatos e elementos da ficção para o campo das práticas discursivas, vez que cabe ao texto literário mobilizar conhecimentos concretos sobre determinada temática, nisto ela torna-se verticalizada ao criar uma metacognição. Dessa forma, só consegue mobilizar saberes dentro do campo literário àquele que possui a competência de letramento literário.

Neto & Silva (2022) alude que a leitura literária coopera com a criticidade do leitor. Ao fomentar o senso crítico entre os pares, o texto literário cumpre sua função social de agente de modificação da abstração, bem como da realidade material, por assim dizer, a literatura se configura como uma das fontes de emancipação do leitor através das entrelinhas do texto ao devir da consciência humana pela perspectiva horizontalizada. Ou seja, o domínio da leitura, provavelmente, assegura o direito à aprendizagem concreta.

IV. A Leitura Como Direito À Aprendizagem

A leitura pode ser praticada de modo oral, visual, sonoro, digital dentre outras formas. Isto requer o domínio e a competência linguística por parte do leitor. Portanto, cabe à escola e ao professor promoverem

diversas possibilidades de leitura no ambiente escolar com as oficinas de leitura, os saraus e concursos literários, os clubes de leitura etc, vez que grande parte do letramento do sujeito é ampliado no ambiente formal da aprendizagem, a escola. Por isso, nesta concepção a leitura é apreendida como direito à aprendizagem.

É importante salientar que a aprendizagem, aqui, é conceituada como conhecimento. E para ler algo, que se torna signo linguístico em situação de comunicação em coletividade, é necessário ter esse saber em decorrência que: “Ler é uma prática que trespassa a vida e tudo aquilo com o qual o indivíduo se relaciona dialeticamente no decorrer dela [...]” (Prado, 2022, p. 168). E como o ato de ler permeia todas as esferas sociais do indivíduo é urgente admiti-la com prática educativa.

A prática educativa no ambiente escolar deve ser carregada de intencionalidade pedagógica, por essa razão à prática de leitura que a escola almeja inculcar nos sujeitos educandos não deve estar pautada na decodificação de informação, mas sim na práxis educativa que rompa as camadas dura do texto, fazendo com que o acadêmico entenda que para ler a palavra também é necessário ler o mundo. E para conseguir essa virtude é necessário saber quem a produziu; como a produziu enquanto léxico semiótico e semântico; e como convertê-la em aprendizagem.

O processo de aprendizagem que o educando adquire na escola por meio da leitura é fundamental para aquisição dos diversos saberes que são oriundos das inúmeras ciências existentes, dado que isto implica na transfiguração lógico-racional dele enquanto humano que opera os saberes advindos da metacognição. Dito de outra forma, a aprendizagem passa a tornar-se direito subjetivo e objetivo e o desenvolvimento da competência de leitura crítica fomentada no discente é quem de fato pode assegurar este direito.

Quando o estudante desenvolve a aprendizagem por intermédio da prática de leitura, esse torna-se preparado para falar, ouvir, rebater, concordar e contestar e/ou contra-argumentar quando necessário. Isto posto, é a leitura que faz o devir da consciência humana para a realidade material, ou seja, uma formação crítica alicerçada pela leitura é crucial para que o aluno, cidadão do século XXI possa ler além das informações explícitas do texto, como também as entrelinhas do que está sendo posto como informação. Então, assim, pode-se afirmar que a aprendizagem pela leitura de fato foi concretizada pela escola.

V. Letramento Literário E Formação Crítica Do Sujeito Educando

O conceito de formação crítica discutida nesta seção está para além do tripé de preparação dos sujeitos educando para as práticas sociais, o mundo do trabalho, exercício da cidadania (Brasil, 1996). Formação crítica implica a criação de uma cultura cidadã. A vista que, enquanto tripé educativo à formação cidadã que o poder público propõe dita padrões de comportamento dos sujeitos educandos no sentido de aparelhamento ideológico do/com/para o Estado. Torna o ser um bom cidadão no sentido literal da palavra para atender as demandas determinadas por aquele, sem o devido questionamento, mas em contrapartida não o forma para tornar-se um cidadão crítico de fato, o que na prática são coisas bem distintas.

Acreditamos que através do letramento literário exista a possibilidade de essa formação crítica ser desenvolvida no discente. Vez que a literatura é sempre atemporal no sentido de adaptação aos diferentes contextos de produção. Dito isso, dialoga com o passado ao narrar acontecimentos pertinentes que nos auxiliam enquanto leitores a compreender a sociedade atual. Dialoga com o presente quando do momento de sua produção, pois o autor geralmente está imerso no tempo histórico de sua produção. Assim como, o texto literário denuncia as tendências futuristas da sociedade como visto nos movimentos de vanguardas europeias e com o pós-modernismo no século XX, que coube a literatura enquanto arte apresentar a mudança estrutural da sociedade à época da população local e mundo afora.

A literatura é sempre atemporal, logo ela também é cultural porque a última é inerente ao ser humano. Há muito a primeira é responsável por apresentar à sociedade brasileira as desigualdades sociais, como demonstra os romances escritos por Lima Barreto, Machado de Assis, Jorge Amado, Castro Alves dentre outros, pelas pinturas de Tarsila do Amaral, de Cândido Portinari etc. existentes no país oriundas do período de colonização que perduram até a contemporaneidade, por isso por meio dela, podemos vislumbrar a conscientização do estudante tornando-o reflexivo, crítico e emancipado. Estamos certos de que a literatura ultrapassa enquanto texto literário os níveis básicos de alfabetização. Ou seja, a literatura enquanto expressão da conscientização humana é prática social.

VI. Considerações Finais

A discussão sobre o tema literatura, leitor, letramento literário e formação crítica é complexa. Desse modo, demanda estudos mais aprofundados da temática. Porquanto, ao discorrer sobre estes assuntos nesta produção, objetivamos unicamente contribuir teoricamente com futuras pesquisas deste assunto. Para, além disso, no decurso demonstramos que a literatura é parte fundamental para a construção de uma sociedade que valoriza o saber sistematizado haja vista que ela transita em várias dimensões sociais bem como em diversos campos epistemológicos, portanto, enquanto manifestação da ciência a literatura torna-se direito objetivo e subjetivo.

Além disso, evidenciamos que a literatura é um texto literário que se manifesta também em muitos aprendizados, logo é impossível pensá-la somente enquanto textualização, pois ela está na música, na pintura, na dança etc, por isso pode ser lida, ouvida, visualizada. Mobilizando o leitor para a metacognição, melhor dizendo, recriando aprendizagem fazendo que o aprendiz enxergue além do que está posto explicitamente em forma de literatura. Aqui, compreendemos que a literatura provoca no discente leitor experiências pessoais e sociais, em razão desta ser universalizada como prática educativa. Portanto, é nas entrelinhas do texto literário que o leitor alcança o letramento literário, ou seja, o que está oculto na obra literária fomenta o devir dos sujeitos educandos.

Similarmente compondo o “triângulo equilátero” que fomenta esta produção científica, a leitura e o letramento literário configuram-se em direito à aprendizagem por oportunizar ao aluno leitor o conhecimento formal e a formação crítica. A leitura está para além da alfabetização. Essa está para o letramento e o letramento é prática de emancipação social dos pares que busca a autoconsciência dos diferentes atores. Os elementos deste parágrafo mostram-no que é fundamental criar cultura cidadã para que o sujeito discente, que também é cidadão, possa se reconhecer enquanto indivíduo pertencentes à sociedade para que tenha a autoconsciência que a mudança de “Status quo” da estrutura orgânica social só se materializa se todos os agentes que formam o corpo social estiverem comprometidos com tal atitude.

É buscando a mudança da materialidade histórica que se concretiza na desigualdade social que assola o país desde sua origem. Mazela que não conseguimos nos livrar até o momento atual devido à má distribuição de renda e aos embates ideológicos que o sistema educacional sucinta no país, é que acreditamos que a literatura, a leitura e o letramento literário é prática de resistência. Essa premissa última irá subsidiar futuras discussões teóricas.

REFERÊNCIA

- [1]. Brasil. Ministério Da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Estudo Comparativo Entre A Versão 2 E A Versão Final. Brasília: Mec, 2017a. Disponível Em: <Http://Escolas.Educacao.Ba.Gov.Br/System/Files/Private/Midiateca/Documentos/2017/Bnccestudocomparativo.Pdf >. Acesso Em: 23 Dezembro. 2023.
- [2]. Brasil. Senado Federal. Secretaria Especial De Editoração E Publicações. Subsecretaria De Edições Técnicas. Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional. Brasília, 2022.
- [3]. Brasil. Ministério Da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. 2018.
- [4]. Boberg, H. T. R.; Stopa, R. O Sujeito Leitor E Sua Condição Humana Na Abordagem Do Texto Literário No Ensino Médio. Gragoatá, V. 19, N. 37, 19 Dez. 2014.
- [5]. Cosson, Rildo. Letramento Literário: Teoria E Prática. 2a Ed.,13 A Reimpressão. - São Paulo: Contexto,2022.
- [6]. Jardim, Alyne De Souza; Sampaio, Juliano Casimiro De Camargo; Galhardo, Irma . O Letramento Literário: A Literatura Escolarizada. Dialogia, [S. L.], N. 32, P. 307–320, 2019.
- [7]. Lima, Waldemar Cavalcante Neto; Silva, Ivanda Maria Martins. Ensino De Literatura: Interfaces Dialógicas Com O Método Recepcional Para A Formação De Leitores. Linguagens - Revista De Letras, Artes E Comunicação, [S.L.], V. 16, N. 2, P. 085-106, Dez. 2022.
- [8]. M. Nildo Batista ;Santos, T. A. Dos . Et Al.. O Materialismo Dialético E A Análise De Dados Quantitativos. Texto & Contexto - Enfermagem, V. 27, N. 4, P. E0480017, 2018.
- [9]. Marx, K. Manuscritos Econômicos-Filosófico. Tradução, Apresentação E Notas Jesus Ranieri. - [4.Reimpr.]. -São Paulo: Boitempo,2010.
- [10]. Mantovani, J. E. De A. Letramento Literário E Ensino De Literatura No Ensino Médio: Os Reflexos De Um Paradoxo. Revista Polyphonia, Goiânia, V. 29, N. 2, 2019.
- [11]. Nascimento, Sandro Everton Do; Garcia, Berenice Rocha Zabbot ; Koerner, Rosana Mara. O Letramento Literário Nas Práticas Pedagógicas: Vozes De Professores. Revista Pedagógica, Chapecó,V. 24, P. 1-21, 2022.
- [12]. Prado, Milton Cássio Andrade Do. Leitura E Humanização: O Letramento Literário Em Uma Abordagem Crítica. 2023.92. Dissertação (Mestrado Em Letras) – Universidade Federal Do Tocantins, Programa De Pós-Graduação Em Letras, Porto Nacional, 2023.
- [13]. Soares, I. B. O Controle Da Fruição Literária Na Escola. Revista Brasileira De Educação, 28, E280077, 2023.
- [14]. Soares, Magda. Letramentos: Um Tema Em Três Gêneros. 4a Ed.Belo Horizonte. - Autêntica Editora.
- [15]. Zabala, Antônio. Como Aprender E Ensinar Competências. Laia Arnau.-Porto Alegre: Artmed,2010.